

---

## DA COLISÃO DE PRINCÍPIOS E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

**RAFAEL SIMONI DE FREITAS<sup>1</sup>**

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do princípio da proporcionalidade como instrumento de solução das colisões de princípios estabelecidos em um Estado Democrático de Direito. A problemática central abordada reside nos efeitos da aplicação do princípio da proporcionalidade pelo Poder Judiciário, oportunidade em que esta espécie normativa pode configurar uma solução objetiva, racional e criteriosa para as colisões principiológicas, como também pode servir de instrumento de legitimação ao protagonismo judicial. A hipótese proposta ao problema consiste na necessidade da fundamentação pormenorizada das decisões judiciais, para a aferição de sua legitimidade e, também, ao fomento do juízo deferencial, a fim de que seja respeitada a decisão política conformada em norma, através do exercício da democracia representativa.

### ABSTRACT

In this paper, the author studies the principle of the proportionality as a means of solution to the opposition of principles in a Democratic State. The core of the study is the application of the principle of the proportionality by the courts, which can create an objective, rational and detailed solution to the opposition of principles by using it. The solution proposed to the problem involves the legal obligation of the courts to convey detailed explanation of the reasons in which their decisions are founded, thus allowing the verification of their legitimacy, and the confirmation of the political decision produced by the exercise of representative democracy.

**Palavras-chave:** princípio da proporcionalidade, Estado Democrático de Direito, protagonismo judicial, juízo deferencial.

**Key words:** principle of the proportionality, Democratic State of Law, judicial role, deferencial's judgment.

---

<sup>1</sup> Rafael Simoni de Freitas formou-se em Direito pela Unipinhal. É especialista em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo.

---

## INTRODUÇÃO

O positivismo, caracterizado por seu rigor normativo, mostrou-se incapaz de prever todas as relações jurídicas prováveis. Do mesmo modo, a sociedade verificou que o homem não mais poderia ser tutelado como objeto, mas sim como sujeito do direito.

Assim, instituiu-se o Estado Democrático de Direito, produto da inserção de valores no ordenamento jurídico, positivados através dos princípios em sua norma fundamental, de forma a proporcionar a sua irradiação por todo o sistema e possibilitar ao Direito o acompanhamento das relações sociais ocorridas sob sua égide.

Como estes valores representam toda a diversidade social, eles formam, abstratamente, uma universidade harmônica. Contudo, quando aplicados na prática, seus conteúdos podem colidir entre si.

Nesse sentido, o estudo sobre a distinção das espécies normativas entre regras e princípios concluiu que as regras de antinomia não se mostravam capazes de solucionar as colisões de princípios, sendo necessário o desenvolvimento de um método capaz de resolver este dever de proporcionalidade.

A doutrina e a jurisprudência conceberam o princípio da proporcionalidade como um método objetivo, racional e criterioso para a solução dessa máxima e, também, para legitimar a atividade jurisdicional quando da sua aplicação, evitando o protagonismo judicial.

A importância deste trabalho reside na compreensão da necessidade do princípio da proporcionalidade em um Estado Democrático de Direito e da aplicação ideal deste método, como forma de identificar eventuais práticas decisionistas e subjetivistas, incompatíveis com a função do Poder Judiciário.

## DAS NORMAS E SUAS ESPÉCIES

O Estado brasileiro encontra-se estabelecido em uma república constitucionalista, consubstanciada por princípios e regras, criadoras de um sistema jurídico aberto, produto dos interesses, valores e aspirações diferenciados e até antagônicos da sociedade<sup>2</sup>.

Com efeito, a distinção entre regras e princípios pode ser observada ante a aplicação de critérios como a abstração, o grau de determinabilidade, o caráter de fundamentalidade, a proximidade da idéia de direito e a natureza normogenética de cada uma, conforme lição de José Joaquim Gomes Canotilho<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Processo Constitucional e Direitos Fundamentais*, p. 52.

<sup>3</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, p. 1124.

Assim, os princípios podem ser caracterizados por normas de alto grau de abstração, de conteúdo vago e indeterminado e, por isso, carecedores de mediações concretizadoras, essência do ordenamento jurídico, vinculados ao ideal de justiça e fundamento das regras<sup>4</sup>.

As regras, por sua vez, constituem normas decorrentes da concretização de princípios, as quais prescrevem imperativamente uma exigência (impor, permitir ou proibir), dotadas de especificidade e aplicabilidade imediata.

Em razão dessas características, especialmente pelo alto grau de concretização, Robert Alexy estabelece que “um conflito entre regras somente pode ser resolvido se uma cláusula de exceção, que remova o conflito, for introduzida numa regra ou pelo menos se uma das regras for declarada nula (*ungültig*)”<sup>5</sup>.

A doutrina denomina de “antinomia” o conflito de normas caracterizado pela existência de mais de uma regra estipulando diversas consequências jurídicas para o mesmo suporte fático, a qual é regulamentada no ordenamento pátrio nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei 4.657 de 4 de setembro de 1942, conhecido como Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

O primeiro critério para a solução do conflito de regras é da especialidade das normas, *lex specialis derogat generali*, oportunidade em que a regra especial derrogará a geral. Caso esse critério não seja suficiente para o encerramento do conflito, aplicam-se as máximas da anterioridade da lei, *lex posterior derogat legi priori*, e da hierarquia, *lex superior derogat legi inferiori*<sup>6</sup>.

Assim, o conflito será resolvido somente com a apreciação da validade das normas, não sendo analisado seu conteúdo propriamente dito. Por conseguinte, as regras de antinomia somente são válidas para os conflitos existentes entre duas ou mais regras, não podendo ser aplicadas entre princípios e entre regras e princípios, face a sua natureza normogenética e conteúdo.

## DOS PRINCÍPIOS

A diferença qualitativa entre regras e princípios também pode ser verificada segundo o critério estabelecido por Robert Alexy de que os princípios caracterizam “mandamentos de otimização” (*Optimierungsgebot*)<sup>7</sup>, ou seja, os princípios se realizam nas diferentes estruturas do ordenamento, na medida necessária de abstração e fundamentalidade que o contexto fático e jurídico exigir<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Processo Constitucional e Direitos Fundamentais*, p. 45.

<sup>5</sup> BONAVIDES, Paulo apud ALEXY, Robert. *Curso de direito constitucional*, p. 251.

<sup>6</sup> SILVA, Virgílio Afonso. *A constitucionalização do direito*, p. 33.

<sup>7</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*, p. 250.

<sup>8</sup> SILVA, Virgílio Afonso. *A constitucionalização do direito*, p. 32.

Com efeito, a possibilidade de realização dos princípios em diversos graus de concretização, encerra a idéia de que estes são normas plásticas, adequando-se à realidade fática e jurídica existentes, e que possuem um núcleo essencial que não pode ser afastado, representativo dos valores objetivamente positivados pela sociedade, sob pena de descaracterização de sua natureza.

Desta forma, considerando-se que os princípios representam os valores fundamentais da sociedade, a relação entre seus pares deve ser convergente e não excludente como acontece com as regras de antinomia, ou seja, respeitando-se o núcleo essencial dos princípios, a sua co-existência deve ser condicionada à otimização dos valores que tutelam<sup>9</sup>. Esta concepção de direito é reflexo do amadurecimento provocado pelos ideais pós-modernos, oportunidade em que o direito reencontra seu caráter valorativo, a fim de consagrar os princípios como normas fundamentais de um sistema constitucional aberto e pluralista<sup>10</sup>.

Destarte, pode-se precisar que o fenômeno do constitucionalismo do direito é decorrente de um processo conjunto de reavaliação normativa, através da juridicização (positivação) dos princípios e da concentração e positivação destes valores na norma fundamental do Estado, o qual somente se tornou possível por conta da atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário e, também, da doutrina.

Cabe destacar que o exercício interpretativo realizado pelo Poder Judiciário, quando do controle de constitucionalidade, desencadeou a positivação de valores fundamentais que orbitam pelo sistema, e que não foram previstos expressamente no texto constitucional e infraconstitucional<sup>11</sup>.

Deste modo, princípios como da “proteção do núcleo essencial” e “proporcionalidade”, entre outros, são reconhecidos pelo Poder Judiciário e doutrina como princípios constitucionais fundamentais, independentemente de sua previsão expressa.

Por conseguinte, em se tratando de um sistema aberto e pluralista, para a verificação da conformação constitucional e a consecução de valores incongruentes, fez-se necessário estabelecer princípios próprios de hermenêutica constitucional, como da unidade da Constituição, do efeito integrador, da máxima efetividade, da conformidade constitucional, da concordância prática e da força normativa da Constituição, conforme estabelecido por José Joaquim Gomes Canotilho<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>10</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*, p. 265.

<sup>11</sup> BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*, p. 93.

<sup>12</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, p. 1186-9.

Desta forma, desenvolveu-se a técnica de solução dos conflitos constitucionais intitulada de interpretação conforme a constituição, a qual estabelece que para que seja realizada a interpretação ideal, três vícios devem ser afastados.

Primeiramente, a interpretação não pode contrariar o texto ou programa Constitucional; segundo, não poderá declarar a inconstitucionalidade de uma norma ou ato se ela puder ser interpretada conforme a constituição por outro sentido e, por fim, ela não pode contrariar o texto de uma norma sob o pretexto de realizar a interpretação conforme a Constituição<sup>13</sup>.

Nesse diapasão, para que o Estado possa garantir a pluralidade e atualidade de seu ordenamento, faz-se necessário que a Constituição somente estabeleça parâmetros substanciais e instrumentais, cuja concretização deverá ser realizada pelo legislador infraconstitucional e pela sociedade.

Conclui-se, assim, que o conteúdo e a instrumentalização do ordenamento constitucional compreendem um sistema complexo e ausente de totalizações, isto é, sem valores ou Poderes absolutos, o que ocasiona uma tensão natural entre seus valores positivados, ante a ausência de hierarquia.

A justificativa da inexistência do caráter absoluto dos direitos, especialmente os direitos fundamentais, consiste na certeza de que o exercício de um direito fundamental por alguém possa implicar no prejuízo do exercício pleno de um direito fundamental de outrem.

Considerando-se que para integrar à sociedade, o homem precisa alienar parte de sua liberdade, ou seja, para que haja a formação do “contrato social”, todos os seus integrantes deverão realizar concessões recíprocas, em benefício da coletividade, é inequívoco que, em alguns momentos, o exercício pleno de algum direito fundamental encontrará restrição pelo exercício de outro.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem prevê, em seu artigo XXIX, que para a realização dos direitos e garantias fundamentais de todos, há a necessidade que o legislador estabeleça algumas restrições, de modo a satisfazer o bem-estar geral<sup>14</sup>.

Assim, os direitos e garantias fundamentais são passíveis de limitação em razão de seu caráter subjetivo, de modo a impedir o arbítrio de seus titulares (abuso de direito) e, ainda, por seu caráter objetivo, encampando um valor constitucional que faz parte de um todo, ou seja, é a responsabilidade social de seu uso.

Dessa observação, pode-se concluir que os Poderes constituídos, quando da elaboração de seus atos normativos, decisórios ou executivos, devem observar os limites às restrições de

---

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 1189.

<sup>14</sup> NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Declaração dos Direitos Humanos*. Disponível em [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php).

direitos e garantias fundamentais, sob pena de serem reputados inconstitucionais por excesso de competência.

Importante estabelecer, também, que é impossível a qualquer legislador a positivação de todas as hipóteses fáticas antes de sua ocorrência. Portanto, seria incabível exigir que o legislador constituinte estabelecesse todas as possibilidades de limitações aos direitos e garantias fundamentais quando da elaboração da Constituição.

Estas omissões podem ser interpretadas como “omissões intencionais”, a fim de conferir ao núcleo essencial desses valores positivados, caráter absoluto e intangível, excluindo a possibilidade do legislador infraconstitucional ou de particulares de suprimi-los.

Partindo deste pressuposto, a doutrina estabeleceu a teoria dos limites imanentes, sob o fundamento de que a restrição de direitos ou garantias fundamentais independe de previsão expressa no texto constitucional<sup>15</sup> e, em razão de sua natureza principiológica, admitem a maleabilidade de seus contornos, a fim de compor a unidade constitucional.

Acreditamos que por se tratarem de valores abstratos e indeterminados, a delimitação do núcleo essencial dos princípios e, portanto, dos direitos e garantias fundamentais, somente seria possível com a sua concretização, isto é, depois de verificadas as condições particulares do caso é que seria possível reduzir estes valores ao mínimo admissível, sem desnaturá-lo.

Nesse espeque, resta claro que para que haja a composição plural do Estado há a necessidade de que seus valores se concretizem através de princípios, a fim de garantir-lhes a proteção de seu núcleo essencial, sua máxima otimização e, por conseguinte, proporcionar a viabilidade de aplicação conjunta de seus diversos valores, inclusive os antagônicos.

Pode-se concluir que a conjugação dos valores constitucionais somente é possível a partir da compreensão de seus limites imanentes, expressos ou não em seu texto, e da proteção do núcleo essencial.

## **DA COLISÃO DE PRINCÍPIOS**

Verifica-se, assim, a necessidade do Estado Democrático de Direito de estabelecer um critério objetivo e racional de ponderação de seus valores, consubstanciado pelo princípio da proporcionalidade, orientado pela aplicação dos princípios da hermenêutica constitucional concretizante.

---

<sup>15</sup> BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*, p. 169.

Conforme visto, o Estado brasileiro encontra-se alicerçado por uma república constitucionalista, cujo conteúdo é formado pela positivação de diversos valores por meio de princípios e regras, para o estabelecimento de critérios ideais de conformação desta pluralidade.

Em continuidade, destacou-se a importância da positivação dos princípios, sua influência na constitucionalização do direito e, principalmente, que seu conteúdo axiológico impede que a colisão aparente de seus valores seja resolvida por critérios antinômicos.

Assim, para a solução do conflito aparente de princípios, desenvolveu-se a teoria da colisão, consubstanciada na necessidade de um juízo de ponderação entre os valores em cotejo, para o estabelecimento da harmonização do ordenamento jurídico no mundo fático, respeitando-se seu núcleo essencial e sua otimização.

A não utilização de critérios antinômicos para a solução da colisão principiológica justifica-se no fato de que os princípios, abstratamente, não se encontram em colisão, mas tão-somente em estado de tensão. Por conseguinte, este fenômeno somente pode ser verificado na prática, assim como seus limites imanentes e núcleos essenciais<sup>16</sup>.

Pode-se afirmar que os princípios em aparente colisão não deixam de existir, desde que respeitados o seu núcleo essencial. Contudo, a diversidade fática em que se aplicam acarretará a mobilidade dos seus contornos, implicando, assim, uma diversidade de resultados práticos, suficiente à contemplação de seus valores plurais segundo a dinâmica das relações sociais.

Assim, mais importante que os valores positivados em princípios é a forma pela qual estes são aplicados, posto que sem o estabelecimento de um procedimento comum entre os intérpretes do direito, assim como ocorre com os critérios antinômicos das regras, será desencadeada a insegurança jurídica.

Com efeito, a fim de estabelecer um critério próprio, objetivo e racional para a solução das colisões entre princípios os intérpretes do direito desenvolveram os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

## **DA ORIGEM E DISTINÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE**

Pode-se afirmar que o dever de proporcionalidade se desenvolveu a partir de teses jusnaturalistas em busca do reconhecimento do direito de propriedade e liberdade dos indivíduos, face às arbitrariedades estatais concentradas nas monarquias absolutistas.

---

<sup>16</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes apud ALEXY, Robert. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, p. 1234.

A associação realizada entre a origem dos direitos e garantias fundamentais e o princípio da proporcionalidade é muito importante, sendo inafastável o estudo de um instituto sem a menção ao outro. Contudo, verifica-se que muitos intérpretes do direito vinculam a aplicação do princípio da proporcionalidade às hipóteses de colisões em que envolvam direitos e garantias fundamentais.

Entendemos que esta vinculação é equivocada, posto que os direitos e garantias fundamentais caracterizam apenas uma das facetas dos princípios fundamentais de um Estado Democrático de Direito, havendo a necessidade de se estender a aplicação desse princípio a todos os conflitos, como no caso do princípio democrático encontrar limitação frente ao princípio do Estado de Direito.

Ultrapassada a questão sobre a limitação da aplicação do princípio da proporcionalidade para os direitos e garantias fundamentais, passamos a verificar a sua aplicação nos Estados de Direito de origem romano-germânica.

A principal característica dos ordenamentos jurídicos de origem romano-germânica é a supremacia da lei como fonte do direito, compreendida como a expressão máxima da vontade democrática de seu povo.

Sob esse enfoque, o Estado francês pós-revolução engendrou seu ordenamento jurídico sob a hegemonia legal, de modo a limitar a liberdade de atuação dos Poderes Executivo e Judiciário, que impingiram ao seu povo, por um longo período, a doutrina absolutista.

Esta limitação de Poderes se deu com a institucionalização da supremacia da lei e, também, com a criação do Conselho de Estado (*Conséil D'État*), órgão administrativo atribuído a apreciar os recursos de excesso de poder<sup>17</sup>.

Para a realização de seu mister, o Conselho de Estado passou a utilizar de um juízo de adequação e proporcionalidade entre os meios aplicados e seus fins colimados, nominado de “ponderação do custo-benefício”<sup>18</sup>. Contudo, em razão da França não possuir um controle judiciário de constitucionalidade das leis, o juízo de ponderação somente restou aplicado no âmbito administrativo.

A Alemanha incorporou o juízo de ponderação francês impulsionada pela necessidade de conferir maior proteção aos princípios orientadores dos direitos e garantias fundamentais frente às necessárias legislações restritivas de direitos, oportunidade em que o legislador constituinte positivou expressamente a proteção ao núcleo essencial e a possibilidade de

---

<sup>17</sup> BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*, p. 44.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 44.



apreciação pelo Poder Judiciário da constitucionalidade das restrições estabelecidas em seu artigo 19<sup>19</sup>.

A proteção ao núcleo essencial e a possibilidade de apreciação pelo Poder Judiciário das normas restritivas de direitos fundamentais tornou necessária a criação de um método objetivo e racional para a verificação dessas normas, sendo desenvolvido pelo Tribunal Constitucional Alemão o princípio da proporcionalidade, consistente na análise da necessidade (*Erforderlichkeit*), adequação (*Geeignetheit*) e proporcionalidade em sentido estrito (*Verhältnismässigkeit*) das medidas restritivas<sup>20</sup>.

A construção jurisprudencial alemã positivou o princípio da proporcionalidade (*Verhältnismässigkeit*), também nominado de princípio da proibição do excesso (*Übernassverbot*), através da interpretação constitucional, com a finalidade de aferir a compatibilidade entre os meios, objetivando evitar restrições desnecessárias e desarrazoadas<sup>21</sup>.

A partir da construção jurisprudencial alemã, os ordenamentos jurídicos português e espanhol realizaram a positivação do princípio da proporcionalidade com a Constituição da República Portuguesa de 1976, em seu artigo 18.2, bem como com a Constituição Espanhola de 1978, em seu artigo 53.1, elevando-o ao *status* de princípio constitucional.

A positivação do princípio da proporcionalidade na península ibérica, assim como no direito alemão, também teve a finalidade de limitar o exercício do poder legiferante conformador quanto às normas restritivas de direitos fundamentais, transformando o princípio da reserva legal em princípio da reserva legal proporcional<sup>22</sup>.

Verificado o desenvolvimento histórico do princípio da proporcionalidade torna-se fácil compreender porque muitos doutrinadores vinculam o âmbito de aplicação do princípio da proporcionalidade às restrições de direitos fundamentais, oportunidade em que renovamos a crítica de que a aplicação do princípio da proporcionalidade deve ser ampla, segundo a orientação dos princípios de hermenêutica concretizante da concordância prática e da máxima efetividade.

Contudo, o desenvolvimento do dever de proporcionalidade não é uma exclusividade dos Estados de origem romano-germânica. Os Estados Unidos da América, também positivaram

<sup>19</sup> EMBAIXADA ALEMANHA BRASÍLIA. *Os Direitos Fundamentais*. Disponível em [http://www.brasilia.diplo.de/Vertretung/brasilia/pt/03/Constituicao/art\\_\\_19.html](http://www.brasilia.diplo.de/Vertretung/brasilia/pt/03/Constituicao/art__19.html).

<sup>20</sup> BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*, p. 48.

<sup>21</sup> MENDES, Gilmar. O princípio da proporcionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: novas leituras, p. 2.

<sup>22</sup> MENDES, Gilmar. O princípio da proporcionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: novas leituras, p. 3.

este ideal sob o título de princípio da razoabilidade, orientado pelas peculiaridades de sua República Federativa.

Cumpra estabelecer que a principal fonte do direito norte americano são os precedentes jurisprudenciais (*common law*), possuindo a lei a função complementar. Por conseguinte, coube ao Poder Judiciário o “*judicial review*” (controle de constitucionalidade).

A Constituição dos Estados Unidos previu o método de verificação da razoabilidade das restrições aos direitos fundamentais através do devido processo legal, contidas nas Emendas V e XIV<sup>23</sup>. O princípio do devido processo legal material constitui uma garantia de ordem processual aos direitos fundamentais, exigindo-se que o Estado condicione a forma e o conteúdo de seus atos, a fim de evitar prejuízos aos direitos fundamentais, atribuindo ao Judiciário a verificação da razoabilidade das medidas restritivas de direitos, através da relação custo x benefício social.

O emprego do termo razoável reproduz a idéia de que a interpretação das restrições aos direitos fundamentais deverá se pautar pela equidade, moderação, bom senso, própria do sistema *common law*.

No direito brasileiro o dever de proporcionalidade não encontra positividade expressa na Constituição, sendo deduzido pelos intérpretes a partir das disposições relativas à dignidade humana (art. 1º), dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º), da impossibilidade de eliminação de direitos e garantias fundamentais (art. 60, parágrafo 4, IV), do devido processo legal (art. 5, LIV), entre outras.

Assim, a solução para a colisão de princípios no ordenamento jurídico brasileiro foi conferida ao intérprete e, principalmente, ao Poder Judiciário quando acionado para manifestar-se sobre a constitucionalidade de atos restritivos, seja pela atividade legislante estatal, seja pelas relações privadas.

Pode-se concluir que a doutrina brasileira concebe o princípio da razoabilidade como um método de apreciação entre meios e fins de forma livre, enquanto o princípio da proporcionalidade encerra um juízo analítico, ordenado e dogmático.

Importante salientar que Humberto B. Ávila se posiciona no sentido de que o princípio da proporcionalidade confere um juízo de apreciação abstrato dos valores em cotejo, enquanto a razoabilidade proporciona a apreciação entre os meios e os fins observando-se os sujeitos envolvidos.

Considerando-se que o Direito brasileiro possui origem predominante romano-germânica, concebendo a lei como fonte normativa suprema, torna-se indiscutível que a solução para colisões de princípios positivados em seu ordenamento deve ser realizada de forma

---

<sup>23</sup> THE UNITED STATES CONSTITUTION. *The U.S. Constitution Online*. Disponível em <http://www.usconstitution.net/const.html>.

criteriosa, demonstrando o exercício de uma interpretação constitucional concretizante, pautada pela concordância prática e da máxima efetividade da Constituição.

Neste esboço, importante considerar que a doutrina pátria encara com reservas o princípio do devido processo legal, instituindo no artigo 5º, inciso LIV da Constituição Federal, sob o fundamento de que este somente possui caráter instrumental e, portanto, não corresponde substancialmente à sua origem norte-americana, cujo conteúdo é *sui generis*.

Desta forma, concluímos que o dever de proporcionalidade que apresenta maior adequação às características e necessidades do Direito brasileiro é o princípio da proporcionalidade positivado originariamente pelo Direito alemão, caracterizado pela apreciação da adequação, necessidade e proporcionalidade dos meios empregados em face dos resultados pretendidos.

Entretanto, a identidade de critérios citada não afasta a influência do direito norte-americano sobre o ordenamento jurídico pátrio, razão pela qual é verificada por diversas oportunidades a aplicação do princípio da razoabilidade nas decisões do Supremo Tribunal Federal, por conta de seu caráter subjetivo, isto é, por considerar as condições pessoais e individuais dos sujeitos envolvidos.

## **DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE EM SENTIDO AMPLO E DOS SEUS SUBPRINCÍPIOS**

Antes da elaboração do princípio da proporcionalidade os intérpretes do direito faziam uso de conceitos metajurídicos como moralidade e justiça para sustentar a exigência de proporcionalidade.

A diferenciação entre as espécies normativas e as características dos princípios tornou necessária a criação de um critério racional e objetivo para o sopesamento dos valores positivados pelo Estado, para o estabelecimento de uma relação legítima, necessária, adequada e proporcional entre o meio aplicado e a finalidade perseguida<sup>24</sup>.

O constitucionalista Willis Santiago Guerra Filho conceitua o princípio da proporcionalidade nos seguintes termos:

“Para resolver o grande dilema da interpretação constitucional, representando pelo conflito entre princípios constitucionais, aos quais se deve igual obediência, por ser a mesma posição que ocupam na hierarquia normativa, se preconiza o recurso de um ‘princípio dos princípios’, o princípio da proporcionalidade, que determina a busca de uma ‘solução de compromisso’, na qual se respeita mais, em determinada situação, um dos princípios em conflito, procurando desrespeitar o mínimo ao(s) outro(s), e jamais lhe(s) faltando

---

<sup>24</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, p. 1254.

minimamente com respeito, isto é, ferindo-lhe seu 'núcleo essencial'. Esse princípio, embora não esteja explicitado de forma individualizada em nosso ordenamento jurídico, é uma exigência inafastável da própria fórmula política adotada por nosso constituinte, a do 'Estado Democrático de Direito', pois sem a sua utilização não se concebe como bem realizar o mandamento básico dessa fórmula, de respeito simultâneo dos interesses individuais, coletivos e públicos.”<sup>25</sup>

A justificativa para a aplicação do princípio da proporcionalidade reside na própria conformação do Estado Democrático de Direito, em que os valores positivados constitucionalmente se encontram em um estado de tensão natural. Verifica-se esta afirmação quando a aplicação plena do princípio democrático acaba por diminuir o âmbito do princípio do Estado de Direito, conforme observação de Guerra Filho<sup>26</sup>, a autonomia privada encontra restrição nos direitos fundamentais, como ensina Virgílio Afonso da Silva<sup>27</sup>, bem como a liberdade pode sufocar a igualdade, na lição de Paulo Bonavides<sup>28</sup>.

Antes da aferição da proporcionalidade de qualquer ato, há a necessidade da verificação da legitimidade da prática da diminuição do conteúdo axiológico dos princípios, através de disposição constitucional expressa ou imanente, ou seja, somente se realiza a restrição do alcance dos princípios quando estritamente necessário.

Constatada a legitimidade da limitação do conteúdo axiológico, mister a constatação da “adequação” do instrumento empregado e o resultado pretendido, ou seja, se o meio eleito é suficiente para a produção do resultado.

Conferida a adequação do ato restritivo, passa-se à análise da necessidade ou da exigibilidade da medida, oportunidade em que se elege o método menos prejudicial aos valores em questão. Conclui-se que um ato adequado pode ser necessário, mas um ato necessário obrigatoriamente deve ser adequado.

A propriedade da análise da necessidade e exibibilidade é dada pelo juízo dedutivo, colocando em prova as diversas possibilidades, a fim de encontrar a proposta menos prejudicial aos valores em cotejo e sua respectiva otimização. O juiz tem livre apreciação, mas isso não retira seu caráter objetivo.

A necessidade e exibibilidade de uma restrição a direito fundamental deve ser verificada qualitativa e quantitativamente, de modo a verificar a sua idoneidade do ato em si e dos efeitos de sua prática reiterada.

---

<sup>25</sup> GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Processo Constitucional e Direitos Fundamentais*, p. 61.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>27</sup> SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito*, p. 28.

<sup>28</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*, p.112.

Por fim, faz-se a apreciação da “proporcionalidade em sentido estrito”, para se verificar razoabilidade entre o meio aplicado e a finalidade perseguida, identificando se o(s) princípio(s) aplicado(s) acarretam o rechaçamento de outro(s), com vistas à proteção do núcleo essencial e otimizar os valores em tela. Assim, Humberto B. Ávila destacou:

### **DA QUALIFICAÇÃO E DO DEVER DE PROPORCIONALIDADE**

O dever de proporcionalidade, conforme analisado, é decorrente da conformação do Estado Democrático de Direito e da distinção de suas espécies normativas, razão pela qual se fez necessário estabelecer um critério racional e objetivo para os conflitos entre princípios.

Contudo, a doutrina não é uníssona quanto à espécie normativa de solução do dever de proporcionalidade, ensejando um problema metodológico que, como será visto em seguida, implica o paradigma do Estado Democrático de Direito.

Inicialmente cabe estabelecer que a concepção do dever de proporcionalidade como princípio é decorrente da recepção da doutrina brasileira do direito europeu, especialmente o alemão e português.

Nestes Estados, os direitos e garantias fundamentais possuem caráter principiológico e, assim, a espécie normativa para a solução de seus conflitos, por encerrar um valor fundamental, também é concebida como um princípio, caracterizando um mandamento nuclear do sistema. Neste sentido Guerra Filho estabelece que o princípio da proporcionalidade é o princípio dos princípios.

Considerando-se a concepção de Robert Alexy, de que os princípios caracterizam mandamentos de otimização (deveres), o dever de proporcionalidade é concebido como uma regra já que seu conteúdo é aplicado sob forma de subsunção, conforme relata Virgílio Afonso da Silva<sup>29</sup>. Contudo, o citado constitucionalista afirma que o dever de proporcionalidade também pode ser concebido como um princípio se interpretado como uma disposição fundamental do sistema.

Com efeito, Humberto B. Ávila entende que o dever de proporcionalidade caracteriza um postulado normativo aplicativo, sob o fundamento de que o princípio encerra um dever-ser, isto é, são normas finalísticas<sup>30</sup>, não possuindo conteúdo valorativo e, assim, o juízo axiológico não pode ser considerado um princípio.

Ante ao exposto, respeitadas as diversas concepções sobre o dever de proporcionalidade, entendemos que ele caracteriza um princípio por se tratar de um mandamento nuclear e,

---

<sup>29</sup> MANZATO, Maria Cristina Biazão. *A Constituição como sistema de princípios e regras*, p. 175.

<sup>30</sup> ÁVILA, Humberto Bergmann. *A Distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever da proporcionalidade*, p. 167.

também, por se tratar da positivação de valores fundamentais do Estado Democrático de Direito.

### **DO PARADIGMA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE**

Pode-se constatar que o dever de proporcionalidade é inerente à conformação lógica do Estado Democrático de Direito, em que a concatenação dos valores constitucionalmente positivados em princípios deve ser realizada de forma criteriosa, preservando seu núcleo essencial e conferindo a otimização de seus conteúdos.

O ordenamento jurídico brasileiro, influenciado pelos sistemas jurídicos norte-americano, alemão e português, incorporou os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, como formas de solução das colisões entre princípios, especialmente daqueles que são informativos dos direitos e garantias fundamentais.

Com efeito, resta inadmissível perante o Estado Democrático de Direito a existência de atos que restrinjam ilegítimamente os princípios, em especial os direitos e garantias fundamentais, que não observem seu núcleo essencial, bem como seus limites imanentes.

A legitimidade da aplicação do princípio da proporcionalidade, em atos jurisdicionais, somente se verifica quando demonstrada a impossibilidade da consecução de um fim sem a redução do conteúdo axiológico de um princípio.

Justificados os motivos que ensejaram a aplicação do princípio da proporcionalidade, os juízes deverão realizar uma apreciação criteriosa dos subprincípios da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, externando os fatos e fundamentos jurídicos que ensejaram pela prevalência aparente de um valor sobre o outro.

Cabe ressaltar que o Poder Legislativo se trata de um Poder constituído e, portanto, sua atividade legiferante encontra-se limitada aos valores constitucionais, não podendo realizá-la de forma incondicionada, desarrazoada, casuística e antidemocrática, circunstâncias estas que se estendem a todos os Poderes constituídos e, também, aos particulares.

Contudo a aplicação do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade não se trata de uma tarefa fácil, posto que o conceito de princípios e regras não é uníssono na doutrina brasileira, conforme visto anteriormente.

A pluralidade do conceito de princípio enseja sua interpretação por alguns doutrinadores como mandamento nuclear do sistema (teoria clássica), mandamento de otimização (Robert Alexy), positivação de fins (Humberto B. Ávila) e de valores (Canotilho, Guerra Filho e Bonavides).

Nesse sentido, a diversidade de compreensão das espécies normativas faz com que a proporcionalidade seja concebida ora como princípio, ora como regra e até mesmo como postulado normativo.

Outrossim, a distinção entre proporcionalidade e razoabilidade também não se encontra pacificada pela doutrina, havendo posicionamento de que a proporcionalidade encerra um juízo abstrato, enquanto a razoabilidade tem como objeto os sujeitos envolvidos (Ávila<sup>31</sup>). Da mesma forma, há entendimento de que inexistente distinção entre seus objetos, mas tão somente uma diferenciação metodológica onde a proporcionalidade se pauta em um juízo analítico e dogmático, enquanto a razoabilidade é aferida de forma livre (Barroso<sup>32</sup>).

Conclui-se que a impossibilidade de se estabelecer um conceito único aos princípios deriva de seu caráter plurívoco, cujo conteúdo é delimitado segundo os métodos aplicados por seu intérprete e, por conseguinte, o princípio da proporcionalidade também experimenta a mesma propriedade.

Considerando-se que o controle de constitucionalidade do ordenamento jurídico pátrio encerra-se no Poder Judiciário, cuja atuação é inafastável, segundo a garantia insculpida no inciso XXXV, do artigo 5º da Constituição Federal, o dever de proporcionalidade encontra neste Poder o seu ápice.

Atribui-se, assim, ao Poder Judiciário a competência para realizar a aplicação do princípio da proporcionalidade sobre todas as relações jurídicas ocorridas sob sua égide, em nome da proteção aos valores positivados pela Constituição. Contudo, esta função também não pode ser realizada de forma irrestrita.

Neste sentido, inúmeras são as críticas ao exercício jurisdicional fundamentado no princípio da proporcionalidade, sob o argumento de que sua almejada objetividade configura uma utopia e fomenta o “protagonismo judicial” em questões de política pública.<sup>33</sup>

Assim, com vistas a coibir a prática do decisionismo e o subjetivismo a Constituição Federal em seu artigo 93, inciso IX, positivou expressamente a obrigatoriedade da fundamentação e publicidade das decisões judiciais como forma de possibilitar o controle da legitimidade de seus atos pelos seus jurisdicionados.

Pode-se afirmar que em razão das características do ordenamento jurídico pátrio, a realização do dever de proporcionalidade pelo Poder Judiciário implica uma atividade

---

<sup>31</sup> ÁVILA, Humberto Bergmann. *A Distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever da proporcionalidade*, p. 174.

<sup>32</sup> CAMARGO, Manoela Oliveira. *Proporcionalidade e razoabilidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Os casos de conflitos entre princípios da Ordem Econômica*, p. 10.

<sup>33</sup> TAVARES, André Ramos; BUCK, Pedro. *Direitos Fundamentais e Democracia: complementaridade/contrariedade*, p. 178.

complexa, cuja fundamentação é essencial para a verificação da legitimidade da decisão proferida, independente do princípio utilizado (proporcionalidade, razoabilidade ou ambos). A diversidade de correntes doutrinárias sobre o conceito de regras e princípios permite aos juízes a aplicação da concepção que entenderem mais coerentes, desde que expressem fundamentadamente a justificativa de sua escolha, a fim de que os jurisdicionados possam aferir a legitimidade de seu ato.

Desta forma, verifica-se que o paradigma do princípio da proporcionalidade não reside em seu fim, mas em sua aplicação, posto que da mesma forma que ele se mostra inerente ao Estado Democrático de Direito a sua aplicação pode contaminar todo o ordenamento.

Sem a descrição do exercício racional desenvolvido pelo judicante não há como se verificar se a decisão proferida foi realizada de forma racional, objetiva e criteriosa ou se simplesmente caracteriza o juízo subjetivo de quem a profere<sup>34</sup>.

Em suma, a explanação pormenorizada dos fundamentos da aplicação do princípio da proporcionalidade faz-se necessária para a apuração da seqüência lógica do ato decisório, ou seja, se o juiz apreciou a questão controversa para decidir ou se primeiramente decidiu e depois adequou seu fundamento com base no princípio da proporcionalidade.

Suzana de Toledo Barros citando a lição de Orlando Bittar estabeleceu que o direito norte-americano enfrentou este paradigma quando do início da aplicação do princípio da razoabilidade, oportunidade em que não havia o estabelecimento de um critério de aplicação ou mesmo a necessidade de fundamentação, o que caracterizava a Suprema Corte como a última instância do processo legislativo<sup>35</sup>.

Desta forma, podemos precisar que decisão jurisdicional alicerçada na simples enunciação do princípio da proporcionalidade ou razoabilidade fere os princípios fundamentais da separação dos poderes e da democracia, posto que o manejo destes princípios carece de uma atividade complexa por meio da qual o judicante fundamenta a justificativa de seu uso, o contexto fático e jurídico de seu exercício e o raciocínio que desenvolveu.

A ausência do exercício jurisdicional complexo e fundamentado consubstancia um sistema autopoietico de direito, onde o Poder Judiciário passa a dispor sobre tudo que se encontra sob a égide estatal, independente da legislação existente e da autonomia da vontade, ferindo o princípio do Estado democrático e a separação de poderes.

Contudo, a atividade jurisdicional racional, objetiva, criteriosa e expressa fundamentadamente ainda pode configurar a hegemonia do Poder Judiciário sobre os

---

<sup>34</sup> DIMOULIS, Dimitri. *Moralismo, positivismo e pragmatismo na interpretação do direito constitucional*, p. 4.

<sup>35</sup> BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*, p.65.



demais Poderes constituídos, posto que aplicação do princípio da proporcionalidade realizada constantemente caracteriza verdadeira atividade legislativa reformadora<sup>36</sup>.

A vedação à aplicação reiterada do princípio da proporcionalidade tem o condão de afastar do Poder Judiciário a atividade de conformação do direito positivo de acordo com a realidade fática, atribuição conferida pelo legislador constituinte ao Poder Legislativo que representa politicamente o interesses do povo.

Cumpra estabelecer, ainda, que no exercício do princípio da proporcionalidade, poderá o julgante encontrar mais de um meio que resulte em fim idêntico. Neste caso, compete ao juiz, em nome do exercício democrático de sua função, limitar-se a declarar proporcional o ato levado à sua apreciação, principalmente se se tratar de um ato legislativo, por representar a aspiração social através da democracia representativa<sup>37</sup>.

Podemos concluir que o princípio da proporcionalidade caracteriza o método próprio para a solução objetiva, racional e criteriosa do conflito de valores inerentes ao Estado Democrático de Direito.

Contudo, da mesma forma que este princípio pode caracterizar a solução ideal para a realização integral de todos os valores positivados pelo Estado, o princípio da proporcionalidade pode conferir legitimidade ao protagonismo judicial.

A solução proposta para este paradigma consiste na necessidade da fundamentação dos atos jurisdicionais, oportunidade em que os jurisdicionados poderão verificar se o princípio da proporcionalidade foi aplicado de forma ideal.

E, por fim, quando no exercício do princípio da proporcionalidade, verificar-se que pela articulação de vários meios o fim colimado será o mesmo, o Poder Judiciário deverá limitar-se a declarar a constitucionalidade do ato praticado, em nome dos princípios fundamentais da democracia e da separação de poderes.

## CONCLUSÃO

No presente trabalho procurou-se demonstrar que o princípio da proporcionalidade é inerente à conformação lógica do Estado Democrático de Direito, sendo imprescindível este juízo de ponderação para a contemplação da pluralidade de seus valores constitucionalmente positivados em princípios, respeitando-se a individualidade de cada um.

---

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 80.

<sup>37</sup> TAVARES, André Ramos; BUCK, Pedro. *Direitos Fundamentais e Democracia: complementaridade/contrariedade*, p. 185.

Verificou-se, ainda, que a existência de diversas concepções sobre os princípios faz com que o princípio da proporcionalidade seja compreendido ora como princípio, ora como regra e até mesmo como postulado normativo.

Do mesmo modo, dependendo da doutrina adotada pelo intérprete a solução do dever de proporcionalidade pode ser dada pelo princípio da proporcionalidade (alemã) ou pelo princípio da razoabilidade (norte americana), respeitadas suas singularidades.

Neste esteio, considerando-se que o princípio da proporcionalidade encontra seu ápice no Poder Judiciário, seja por conta da garantia da inafastabilidade insculpida no inciso XXXV, do artigo 5º da Constituição Federal, seja pelo exercício do controle de constitucionalidade, a sua aplicação é fruto de diversas críticas doutrinárias, sob o fundamento de que esta norma poderia servir de instrumento legitimador do protagonismo judicial.

Pode-se afirmar, então, que a aplicação do princípio da proporcionalidade configura verdadeiro paradigma do Estado Democrático de Direito, posto que ao mesmo tempo que se mostra imprescindível à conformação da pluralidade de valores que o compõe, também pode servir de instrumento de legitimação ao ímpeto de quem o aplica.

Cabe ressaltar que o princípio da proporcionalidade não se encontra positivado no ordenamento jurídico pátrio, sendo fruto da interpretação constitucional doutrinária e jurisprudencial e, assim, a solução para seu paradigma deve advir do mesmo raciocínio interpretativo.

Com efeito, por se tratar de um poder constituído, o Poder Judiciário encontra-se vinculado aos valores constitucionalmente positivados, não podendo exercer a função que lhe foi atribuída de forma livre, especialmente quando da aplicação do princípio da proporcionalidade.

A solução do dever de proporcionalidade, através da aplicação do princípio em destaque, carece de prévia fundamentação sobre a legitimidade de sua aplicação e, ainda, da demonstração pormenorizada de seu raciocínio, objetividade e critérios do judicante, posto que somente com a fundamentação plena do ato jurisdicional é que se torna possível aos jurisdicionados aferir sua legitimidade ou sua hegemonia (tirania).

Conclui-se, assim, que o princípio da proporcionalidade é inerente ao Estado Democrático de Direito e sua aplicação pressupõe a fundamentação de sua legitimidade e dos critérios racionais e objetivos exercidos pelo intérprete, a fim de que os jurisdicionados possam aferir sua legitimidade.

Esta legitimidade consubstancia-se na composição dos princípios aparentemente em colisão através de um juízo de ponderação, oportunidade em que a extensão de um princípio será

limitada em função de outro(s), respeitando-se o núcleo essencial de cada um e otimizando seus conteúdos.

Por fim, quando da aplicação do princípio da proporcionalidade se verificar que por vários meios empregados o resultado é correspondente, o julgante deverá limitar-se a fazer o juízo referencial, isto é, a apontar como proporcional ideal o meio previsto pela lei, posto que esta norma representa a aspiração social através da democracia representativa.

## **BIBLIOGRAFIA**

ÁVILA, Humberto Bergmann. A Distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever da proporcionalidade. *Revista de Direito Administrativo*, nº 215, 1999.

BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*. 3.ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Curso de Filosofia do Direito*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 2006.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAMARGO, Manuela Oliveira. *Proporcionalidade e razoabilidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: os casos de conflitos entre princípios da Ordem Econômica*. Curso de pós-graduação da Sociedade Brasileira de Direito Público, 2005.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 4.ed. Coimbra: Almedina, 2000.

DIMOULIS, Dimitri. *Moralismo, positivismo e pragmatismo na interpretação do direito constitucional*. Disponível em <http://www.ibec.inf.br/revista.html>. Acesso em 03/10/2007, 09:20:35.

EMBAIXADA ALEMANHA BRASÍLIA. *Os Direitos Fundamentais*. Disponível em [http://www.brasilia.diplo.de/Vertretung/brasilia/pt/03/Constituicao/art\\_\\_19.html](http://www.brasilia.diplo.de/Vertretung/brasilia/pt/03/Constituicao/art__19.html). Acesso em 09/10/2007, 13:58:17.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Processo Constitucional e Direitos Fundamentais*. 2.ed. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2001.

LA MONCLOA. *España: Constitución*. Disponível em <http://www.la-moncloa.es/Espana/ElEstado/LeyFundamental/default.htm>. Acesso em 09/10/2007, 14:08:23.

MANZATO, Maria Cristina Biazão. A Constituição como sistema de princípios e regras. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo, n.º. 52, jul./set., 2005.

MENDES, Gilmar. O princípio da proporcionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: novas leituras. *Revista Diálogo Jurídico*, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, v. 1, n.º. 5, agosto, 2001. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br>. Acesso em: 01 de outubro de 2007.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Declaração dos Direitos Humanos*. Disponível em [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php). Acesso em 10/10/2007, 15:16:33.

PORTAL DO GOVERNO. *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Sistema\\_Politico/Constituicao](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Sistema_Politico/Constituicao).

Acesso em 09/10/2007, 13:21:50.

SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo: Malheiros, 2005.

TAVARES, André Ramos. *Fronteiras da hermenêutica constitucional*. São Paulo: Método, 2006.

TAVARES, André Ramos; BUCK, Pedro. *Direitos Fundamentais e Democracia: complementaridade/contrariedade*. 1.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

THE UNITED STATES CONSTITUTION. *The U.S. Constitution Online*. Disponível em <http://www.usconstitution.net/const.html>. Acesso em 01/10/2007, 16:13:45.